

**HABEAS CORPUS Nº 566.731 - SP (2020/0067018-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : RONALDO CAMILO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : RONALDO CAMILO - PR026216  
ELICHIELLI GABRIELLI PERILIS - PR034619  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : OSNIR APARECIDO TOMAZ (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de OSMIR APARECIDO TOMAZ, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial para condenar o paciente por incursão aos arts. 171, *caput*, e 288, ambos do Código Penal, às penas de 8 anos, 2 meses e 40 dias de reclusão, além de 55 dias-multa.

Sustenta o impetrante que *mesmo estando comprovado que o paciente era somente vendedor, era primário, o Tribunal deu provimento ao recurso do Ministério Público, condenou o paciente acima do mínimo legal, e fixou o regime fechado para cumprimento da pena, sendo que o correto seria a pena mínima, abaixo de 04 anos e o regime deveria ser o ABERTO* (fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, que seja o paciente beneficiado com a pena mínima e que dê início imediato ao cumprimento da reprimenda em regime aberto e/ou semiaberto, bem como a extensão dos efeitos do HC 415.144/SP.

Juntada de petição com documentos às fls. 2130-4634.

É o relatório.

DECIDO.

Preliminarmente, verifica-se que as alegações referentes à nova dosimetria da pena e aplicação de regime prisional já foram analisados em outra ocasião, no HC 447.805/SP, o qual foi denegado, motivo pelo qual estas não poderão ser conhecidas neste *writ*.

No que tange ao pedido de extensão dos efeitos do HC 415.144/SP ao paciente, verifica-se que se trata de pretensão satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após, vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator